

Cascavel, 16 de agosto de 2024.

**Referência:** Processo nº 21.875.738-3/2024

Pregão Eletrônico 0955/2024 – UNIOESTE/HUOP

**Pregão Eletrônico, do Tipo Menor preço por lote, objetivando o registro de preço para Contratação de prestador de serviço para realização de exames laboratoriais de baixa demanda e/ou não realizados no Laboratório de Análises Clínicas do Hospital Universitário do Oeste do Paraná.**

***Ementa:*** *Análise de pedido de impugnação em face de assinatura por meio de certificação digital.*

### ***I - DOS FATOS***

Trata-se de pedido de *impugnação* enviado pela empresa **CIENTÍFICALAB PRODUTOS LABORATORIAIS E SISTEMAS LTDA**, CNPJ. nº 04.539.279/0001-37, na licitação cujo objeto é o Pregão Eletrônico, do Tipo Menor preço por lote, objetivando o registro de preço para Contratação de prestador de serviço para realização de exames laboratoriais de baixa demanda e/ou não realizados no Laboratório de Análises Clínicas do Hospital Universitário do Oeste do Paraná.

A empresa alega resumidamente que:

*“...Ao longo de todo o edital do Pregão Eletrônico nº 0955/2024, o instrumento convocatório exige que a documentação apresentada pelos licitantes participantes contenha assinatura digital com uso de certificação digital ICP-Brasil,...*

*Apesar da certificação ICP-Brasil ser um sistema digital criado para garantir a autenticidade, integridade e confidencialidade de informações trocadas eletronicamente, sendo componente da infraestrutura de segurança cibernética no Brasil, ela não é a única alternativa apta para assegurar que documentos e transações estejam protegidos contra fraudes, garantindo a validade da identidade de pessoas e empresas.*

*Da maneira como aplicado no instrumento convocatório, o requerimento exclusivo do uso de documentação digital com assinatura da certificação digital ICP-Brasil, ou melhor, a impossibilidade da entrega da pertinente documentação em papel com a devida assinatura manual devidamente reconhecia em cartório e posteriormente digitalizada, configura restrição à competitividade ao certame.*

*Isso porque, i) a obtenção de certificados digitais e a implementação de sistemas compatíveis podem gerar custos adicionais e complexidade para os licitantes, especialmente para pequenas e médias empresas que podem não ter a infraestrutura necessária, ii) exigir apenas documentação com certificação ICP-Brasil pode excluir empresas que não possuem a certificação ou que enfrentam dificuldades para obtê-la, limitando a competição e potencialmente reduzindo a diversidade de propostas, e iii) desafios técnicos podem tornar a documentação tradicional uma alternativa mais prática.”*

Informo que, conforme informado no pedido de esclarecimento, os documentos podem ser assinados por meio de assinatura com certificação digital do portal GOV.BR, de forma totalmente gratuita, ou seja, não gerando custo para a empresa.

O site orienta todos os passos para assinatura de documentos, seguem links com as informações e orientações que podem ser úteis: (<https://www.gov.br/pt-br>); (<https://www.gov.br/governodigital/pt-br>);

[br/identidade/assinatura-eletronica](https://www.gov.br/governodigital/pt-br/identidade/assinatura-eletronica)); (<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/identidade/conta-gov-br/niveis-da-conta-govbr>).

Informo ainda que, o Decreto 7304/2021 de 13/04/2021, estabelece que os atos processuais por usuários internos e externos se dará por meio do Sistema de Gestão de Documentos, denominado eProtocolo, reconhecido como sistema oficial de gestão de documentos emitidos e recebidos, no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, autárquica e fundacional, do Poder Executivo Estadual, ou seja, os processos licitatórios de nossa instituição são todos digitais.

O Decreto 7304/2021, estabelece ainda:

*“Art. 20. Os protocolos digitais deverão ser cadastrados de modo a facilitar a pesquisa, localização e arquivamento, devendo o servidor responsável pelo cadastro selecionar, com a máxima precisão possível, o assunto e as palavras-chave.*

*§ 1º É dever dos servidores e agentes públicos conferir a correção de todos os documentos digitalizados”*

Assim, é dever do agente de contratação certificar-se de que o documento é autêntico.

Caso o documento seja assinado em formato físico e digitalizado, tal certificação de autenticidade gerará custos para a empresa proponente, pois será necessário o envio do documento físico original, ocasionando custos para envio do documento, e ainda, prejudicando o princípio da celeridade, pois seria necessário conceder um prazo para a empresa enviar tal documento.

Dessa forma, mantendo-se o edital conforme já publicado.

### **III – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, recebo a presente impugnação, por ser tempestiva, mas nego-lhe provimento.

Assim, o edital será mantido conforme já publicado.

Atenciosamente,

***Verônica Zanchettin***

*Pregoeira*